A incompreensão de Israel sobre a história da salvação, 10.1-4

1 Irmãos, a boa vontade do meu coração e a minha súplica a Deus a favor deles são para que sejam salvos.
2 Porque lhes dou testemunho de que eles têm zelo por Deus, porém não com entendimento (correto).
3 Porquanto, desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitaram à que vem de Deus.
4 Porque o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê.

Observação preliminar

O trecho anterior culminou na expressiva metáfora de que Israel, enquanto gentios passavam por ele, foi tirado da trajetória por uma pedra de tropeço. Antecipamo-nos e já falamos, com clareza plena, da rocha Cristo. Somente agora Paulo decifra a figura. Qual é a última causa da perdição de Israel, da qual Paulo suplica que seja salvo?

1 Como em Rm 11.25, Paulo se volta enfaticamente aos cristãos gentílicos por meio da interpelação **irmãos**. Devem acolher agora o seu "testemunho" (v. 2) em favor de Israel. Na verdade, **a boa vontade do meu coração e a minha súplica a Deus a favor deles são para que sejam salvos.** Como já vimos em Rm 9.2,3, combinam-se "coração" e "oração", de modo que Paulo reitera a insistência de sua súplica. Novamente ela vem coligada também com rendição irrestrita à vontade de Deus. O "na verdade" [inclusão do autor], ao que não se segue um "mas", como se esperaria, tem o sentido de: "quanto depende do meu desejo". O conteúdo é o grande tema "salvação" de Rm 1.16. Paulo o coloca no começo do capítulo.

2 Em primeiro lugar, é possível afirmar, e Paulo o faz, a respeito de Israel que: **Porque lhes dou testemunho de que eles têm zelo por Deus.** Com essa declaração aprofunda-se a expressão de Rm 9.31 "buscava a lei". "Zelo", nesses contextos, sempre é termo técnico para "zelo pela lei". O zelo por Deus é transformado no zelo de observar a lei de Moisés até nas ramificações todas do cotidiano e até o último suspiro. O termo, portanto, caracteriza a linha severa dos fariseus, um dos grandes movimentos de penitência da história das religiões.

Toda essa atividade febril, no entanto, está mal-encaminhada: **porém não com entendimento** (correto). Será que lhes faltavam

informações sobre Jesus? A breve nota em 2Co 11.4, de que Paulo suportou cinco vezes a terrível pena da sinagoga, as 39 chibatadas, já comprova seu empenho cheio de sacrifícios para manter o diálogo com seus compatriotas. Em todo caso, não era o desconhecimento que podia servir de atenuante para eles, como é exposto também nos v. 18-21.
Sua falta de entendimento tinha motivos que desciam às profundezas de sua consciência. Estêvão arriscou o veredicto: “Vós sempre resistis ao Espírito Santo” (At 7.51; cf Mc 3.28,29).

3 Eram obtusos de pensamento, **desconhecendo a justiça de Deus.** Não há como exagerar na insistência de chamar atenção à forma genitiva “de Deus”: Realmente trata-se de uma justiça alheia a nós, seres humanos, e que, expressamente, *não* é a nossa própria. Por meio do Cristo propiciador Deus demonstrou primeiramente que ele próprio é justo, mas em segundo lugar também que ele *torna* justo, ao declarar, puramente com base na fé, pessoas como receptoras dessa justiça alheia. Isso foi dito como fundamento em Rm 3.25,26 e recentemente ainda em Rm 9.30.

No entanto, a busca (“procurando”) deles tinha o pertinaz objetivo de, no juízo final, **estabelecer** diante do trono do juiz divino **a sua própria** (justiça), adquirida com o zelo pela lei, para que Deus a reconhecesse. Paulo havia pessoalmente vivido, como fariseu, nessa obsessão (Fp 3.9: “não tendo justiça própria, que procede de lei”). Por causa dela passou longe de Cristo, mas correu contra ele (Rm 9.32). Por causa dela, perseguiu a igreja de Deus (Gl 1.13). Desequilibrou-se, a ponto de raivosamente desejar matar (At 9.1). Aqui ele interpreta essa atitude como produto de uma profunda rebelião contra a divindade de Deus: **não se sujeitaram à** (justiça) **que vem de Deus.** A criatura, que anseia por ter razão, rebela-se contra o Deus que tem razão.

4 Finalmente, Paulo estabelece uma relação com o contraste entre lei e Cristo, surgido Rm 9.30. **Porque o fim** (o alvo) **da lei é Cristo.** Desde os dias dos Pais da Igreja arde debaixo da superfície uma questão de tradução. Nossa reprodução do termo grego *télos* pelo conceito duplo “fim/alvo” constitui uma tentativa. Sua intenção é indicar que ambas as possibilidades de tradução não constituem, nesse caso, alternativas, mas devem ser ambas englobadas. Permitamos que a exposição da verdade de cada uma delas (A e B) atue sobre nós.

Referente ao A (sentido temporal, inserido no tempo): Cristo é o fim da lei. Na linha da salvação de Abraão até Cristo Deus intercalou-se o tempo da lei do Sinai. Ela ensinou a vontade de Deus, mas com outra finalidade que antes da queda. Antes da queda pecaminosa, o mandamento serviu diretamente à vida. Israel sempre se lembrou desse sentido original dos mandamentos. Por isso encontramos também a grande exaltação da lei no AT. Contudo, depois disso, o poder do pecado penetrou no mundo. Sob essas condições os horizontes se anuviaram. O que até então era característica de vida, tornou-se marca de uma existência sob o pecado. Cada “não farás!” significava: Deus continuava se preocupando comigo, mas agora na ira. A lei tornou-se poder de maldição (Gl 3.10), exercia o “ministério da condenação” (2 Co 3.9). Por intermédio da lei de Deus agora colocou os pecadores “atrás das grades” (Rm 11.32).
Talvez o procedimento do juiz criminal sirva como comparação moderna. Para evitar a fuga do acusado, ele o coloca em detenção preventiva, até que as investigações tenham reunido material suficiente para a acusação. Em Rm Paulo oferece uma série de afirmações sobre a lei que podem ser interpretadas nesse quadro. Em Gl, ele escolheu prisão, guardiã e tutora como figuras para a lei. Lá ele também elabora com máxima clareza o prazo delimitado no tempo para essa função da lei. Uma incomparável virada dos tempos traz à luz um agir divino inteiramente diferente, expressamente caracterizado como “sem lei” (Rm 3.21). O envio do Filho ao mundo e do Espírito aos corações dos que crêem muda tudo (Gl 4.4-6). Acabou o senhorio da lei. “(Cristo) aboliu, na sua carne, a lei” (Ef 2.15). Por isso Paulo separa e diferencia as épocas com rigor. Elas constituem alternativas, excluem-se mutuamente.

Referente ao B (sentido final, relativo ao alvo): o alvo da lei é Cristo. Sob outro aspecto, o mesmo Paulo, no entanto, não tratava a lei como um modelo de ponta de estoque. Com a maior naturalidade ele recorre a ela para exortar as igrejas. Na verdade, a lei não tinha força para efetivar o que exigia, mas estava certa nas suas exigências (Rm 8.3,4). Agora, enquadrada na esfera espiritual de poder do Cristo, ela deve e também pode ser cumprida. Nem o Espírito nem o amor são o fim da lei, porém a realizam.

Essa realização tem raízes na obediência do segundo Adão. Como novo cabeça da humanidade, Jesus suspendeu em nosso favor aquela detenção preventiva, através do seu viver e morrer fiéis à lei, e ao mesmo tempo liberou novamente a lei para sua tarefa originária. Ela não assinala mais a ira de Deus, mas seu amor para conosco. Ela

auxilia na concretização de uma vida com Deus nessa terra. Livre da lei de qualquer espécie, a comunidade sob o Senhor Jesus Cristo está livre para o "novo mandamento". Ele o cumpriu de modo fundamental, ele o explicou de forma normativa e ele próprio está entre nós de forma determinante como o verdadeiro procurador da vontade de Deus.

Em geral a tradução A é defendida de maneira predominante e unilateral (RA, RC, BLH, VFL, NVI). Ela seria um resultado imperioso do contexto. Porém, não é bem essa a realidade. O contexto de forma alguma apresenta a lei e Cristo num quadro em preto e branco. Sigamos a linha do pensamento desde o v. 2: o judaísmo da sinagoga é zeloso de Deus, mas não tem percepção para o alvo histórico-salvífico que lhe é apresentado em Cristo. Contra esse entendimento errôneo Paulo constrói seu versículo-chave, no qual ele coloca *télos* claramente no começo da frase: "Alvo da lei, pois, é Cristo", que cumpriu toda a justiça e, assim, a lei. Também o final da frase demonstra que Paulo não está andando pela trilha do mero contraste. Pois tenta aproximar também seus irmãos judeus exatamente da nova **justiça**, ao enfatizar: para **todo aquele que crê.**
Essa intenção o leva nitidamente até os v. 12,13. A polêmica contra o serviço farisaico à lei está obrigatoriamente presente em cada momento ("Cristo é o *fim* da lei"), no entanto não tem o mesmo peso que a intenção de conquistar para a justiça por fé ("*alvo* da lei é Cristo").

c. A salvadora justiça por fé, 10.5-13

5 Ora, Moisés escreveu que (Lv 18.5) o homem que praticar a justiça
decorrente da lei viverá por ela.
6 Mas a justiça decorrente da fé assim diz (Dt 9.4; 30.12; Sl 107.26):
Não perguntes em teu coração: Quem subirá ao céu?, isto é, para
trazer do alto a Cristo;
7 ou: Quem descerá ao abismo?, isto é, para levantar Cristo dentre
os mortos.
8 Porém que se diz? A palavra está perto de ti, na tua boca e no teu
coração (Dt 30.14); isto é, a palavra da fé que pregamos.
9 Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor e, em teu
coração, creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás
salvo.
10 Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se
confessa a respeito da salvação.

11 Porquanto a Escritura diz (Is 28.16): Todo aquele que nele crê não será confundido.
12 Pois (nesse aspecto) não há distinção entre judeu e grego, uma vez que o mesmo é o Senhor de todos, rico para com todos os que o invocam.
13 Porque: Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo (Jl 2.32).

Observação preliminar

Até o final do capítulo, a redenção de Israel, pela qual Paulo suplicou no v. 1, foi pensada fundamentalmente da forma descrita pelas últimas palavras do v. 4: pela fé. A inclusão a seguir preenche, pois, esse quadro. Trata-se da mais detalhada descrição nos escritos de Paulo sobre como surge a fé. Nela, porém, o apóstolo não podia ignorar a doutrina da salvação diferente defendida pelos fariseus. Por isso, ele traça os contornos da justiça por fé diante do pano de fundo da justiça pela lei. Do início ao fim recorre à Escritura como sua testemunha principal (cf o excurso 2 sobre Rm 9.1-29: Quanto às citações do AT em Paulo). No final desse trabalho exegético ele retorna claramente à posição de partida no v. 1 (três vezes: "salvação, ser salvo" nos v. 9,10,13).

5 Pelo que se evidencia, Lv 18.5 constituiu para Paulo uma importante porta de entrada para desenvolver sua mensagem sobre a fé. **Ora, Moisés escreveu que o homem que praticar a justiça decorrente da lei viverá por ela.** Conduzidos pela nossa tradição protestante, questionamos de imediato o vínculo que aparece aqui com o agir humano e o denegrimos.
Pensamos que já é esse o mal, que a devoção à lei e a fé se contrapõem como praticar algo e não praticar nada. Contudo, as pessoas e também os cristãos estão agindo sem cessar, e de acordo com Paulo cabe-lhes realizar boas obras, porque um dia a totalidade de suas ações comparecerá perante o tribunal de Deus. Nisso, pois, concorda com o AT e com os judaístas. Ao contrário do judaísmo, porém, Paulo insiste no sentido pleno da palavra, na reivindicação totalitária da lei: estas coisas, todas elas, e não só essa ou aquela, de vez em quando! Ele cita enfaticamente Gl 3.10: "permanecer em *todas* as coisas (RC)".

Deus não está exigindo algo impossível, mas ele exige exatamente aquilo que o ser humano, que está sob a soberania do pecado, não quer. Não quer pertencer integralmente a Deus. É esse o nosso caso.

Sob essas condições, a lei depois de Moisés não foi dada para a vida, mas entra em vigor como força de maldição – mesmo que haja uma quantidade de boas obras! Disso, porém, não se deve concluir que a promessa: “esse viverá por ela!” não tenha sido séria. No entanto, agora a lei é uma grandeza não cumprida, que aponta para longe de si e que espera. Seu objetivo é Cristo!

6-8 A continuação pressupõe que o Cristo veio. **Mas a justiça decorrente da fé**, imaginada de forma concreta como pessoa, **assim diz.** Ela não precisa mais escrever, pois escrita ela já foi há muito. Porém ela reformula o que está escrito, a saber, aplicada à nova situação. Paulo por um lado adere ao Moisés escrito, por outro lado distancia-se dele ao mesmo tempo. Para isso usa também a mescla de palavras da Escritura (Dt 30.11-14; 9.4; Sl 107.26): **Não perguntes em teu coração: Quem subirá ao céu?, isto é, para trazer do alto a Cristo; ou: Quem descerá ao abismo?, isto é, para levantar Cristo dentre os mortos. Porém que se diz? A palavra** (de Deus) **está perto de ti, na tua boca e no teu coração.** Paulo traz uma interpretação peculiar da expressão “a palavra está perto de ti”.

Com essa frase, Moisés apontou para a circunstância de que as exigências de Deus em relação a Israel representavam uma propriedade sólida, transmitidas de pessoa para pessoa e enraizadas em seus corações pelo uso constante. Não eram necessários nem vôos às alturas nem dragagens profundas para localizá-la, motivo pelo qual não havia como desculpar-se. Nada impedia que fosse simplesmente cumprida. Paulo, no entanto, não está se empenhando pelo aspecto do menor esforço (Fp 2.15!), antes seu objetivo é cortar o que é absolutamente desnecessário e extemporâneo. Um **isto é**, repetido três vezes, introduz a explicação, segundo a qual a justiça demandada por Deus já se aproximou e está perto de maneira avassaladora. No milagre da pessoa individual de Cristo, Deus superou por sua iniciativa o abismo entre céu e terra (aqui no v. 6). Cristo está presente como vitorioso sobre o mundo da perdição (v. 7). Seu senhorio, i. é, a soberania de sua justiça, é anunciado agora no mundo todo (v. 8).
Essa proclamação chama-se **palavra da fé**, na qual, porém, a fé não está anteposta no sentido rigoroso como condição prévia, pois as condições prévias para essa salvação já foram produzidas no passado. Antes, a fé é a permissão de passar imediatamente para o senhorio da justiça de Cristo. É isso **que pregamos** como arautos. A

pregação missionária cristã traz a salvação realmente ao alcance da mão.

9 Como continua? Todavia, entre o ouvir e ser salvo insere-se um "se". **Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor.** Quando o senhorio de Jesus ocupa o recinto de forma plena, o ouvinte não pode apenas ficar pensando algo para si, caladamente. Torna-se imprescindível emitir uma confissão, seja um não ou até mesmo uma blasfêmia, em caso negativo, seja a confissão de reverência: "Senhor é Jesus" – entrego-me a ele como seu escravo (Rm 6.16)!

Na confissão, portanto, não estamos apoiando opiniões religiosas, mas reconhecemos a nova condição da humanidade e do cosmos, que obviamente também reprogramará a própria vida. Uma confissão é uma declaração pública que desloca o relacionamento com esse Senhor das turbulências da oscilação de sentimentos particulares e o organiza com poderes legais. É no âmbito desse processo legal que se requer a confissão, devendo ser pronunciada com a boca e ouvida pelos ouvidos das testemunhas, pessoas e anjos. Por isso, pode surgir mais tarde também a advertência de que devemos nos ater à nossa confissão e assumir as conseqüências. Por sua vez, ela não pode ser prestada ritualmente, ao tagarelar "Senhor, Senhor", mas: **em teu coração, creres**. A palavra havia quebrado a casca exterior e preenchia agora o coração com a obra de Deus: **Deus o ressuscitou dentre os mortos**. Sem esse saber, a fé e a confissão seriam vazias (1Co 15.14,17).

Quem, no entanto, se submete dessa maneira à soberania de Cristo, será **salvo**. Pertencer a Cristo salva da aflição (cf o exposto sobre Rm 1.16b) – aflição após aflição, e com toda a certeza um dia salvará também da *última* aflição no juízo final.
10 Por causa da importância do que falou, Paulo formula uma sentença doutrinária formal. Agora, os processos são apresentados em sua seqüência dogmática. **Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação** (redenção).

Três tipos de unidades são marteladas nessa frase. Primeiro, os bens da salvação formam uma unidade: justiça e redenção. Uma liberta da acusação de culpa, a outra da morte como penalidade. Se tudo funciona corretamente, também coração e boca estão unidas. Finalmente, também não há divisão entre crer e confessar. A

confissão pelo falar faz parte, segundo 2Co 4.13, do “espírito da fé”. Nem a fé se oculta, nem a confissão é encenada, independentemente da condição do coração.

11,12 A repetição da citação do AT de Rm 9.33b sublinha que a redenção se comprova até o juízo final: **Porquanto a Escritura diz: Todo aquele que nele crê não será confundido**. Estabelecendo conexão com o v. 4, Paulo dá ênfase máxima à afirmação de que *cada qual* pode ter esperança. **Pois** (sob esse aspecto) **não há distinção entre judeu e grego, uma vez que o mesmo é o Senhor de todos,** (mostrando-se) **rico para com todos os que o invocam**. O que Paulo está reunindo nesse resultado desdobra Ef 2.14-18: a lei tinha de causar um efeito divisor como “cerca” e “inimizade” entre Israel e as nações. Quando, porém, o Crucificado cumpriu a lei e se tornou Senhor de todos, caiu por terra também aquela diferença entre judeus e gregos (cf Rm 3.22,29). Todos têm acesso “*num só* Espírito” ao Pai, no presente texto: em “um mesmo Senhor”. É impossível imaginar que sua riqueza, que Paulo gosta tanto de glorificar, alguma vez deixará de mãos vazias os que o invocarem.

13 A idéia específica é a riqueza da misericórdia no juízo. Para tanto, Paulo volta a citar a Escritura (Jl 2.32): **Porque: Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo.** Diferente do v. 12, o verbo “invocar” não se encontra mais numa forma de ação contínua, mas designa o ato isolado. Portanto, nesse momento Paulo tem em vista menos o “ser” cristão e mais o “tornar-se” cristão, que começa com a primeira vez que se invoca a Deus. Na invocação o confessar dos v. 9,10 concretiza-se de forma bem prática.

d. Israel se fecha diante da salvação que se aproximou, 10.14-21

14 Como, porém, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue?
15 E como pregarão, se não forem enviados? Como está escrito: Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas!
16 Mas nem todos obedeceram ao evangelho; pois Isaías diz: Senhor, quem acreditou na nossa pregação?
17 E, assim, a fé vem pela pregação, e a pregação, pela palavra de Cristo.

18 Mas pergunto: Porventura, não ouviram? Sim, por certo: Por toda a terra se fez ouvir a sua voz, e as suas palavras, até aos confins do mundo.
19 Pergunto mais: Porventura, não terá chegado isso ao conhecimento de Israel? Moisés já dizia: Eu vos porei em ciúmes com um povo que não é nação, com gente insensata eu vos provocarei à ira.
20 E Isaías a mais se atreve e diz: Fui achado pelos que não me procuravam, revelei-me aos que não perguntavam por mim.
21 Quanto a Israel, porém, diz: Todo o dia estendi as mãos a um povo rebelde e contradizente.

Observação preliminar
Paulo especifica agora a verdade exposta da "palavra próxima" (v. 6-8) a Israel, retomando ao mesmo tempo o tema da culpa e perdição desse povo. Inicialmente deixa claro que seus irmãos *poderiam* crer. Foi primeiro diante deles que a presença da salvação foi proclamada, e para o Espírito Santo o maior endurecimento de um ser humano continua sendo poroso. Contudo, no momento em que Deus estava muito próximo do seu povo, Israel disse não. Nessas afirmações altamente sensíveis, o apóstolo se refugia novamente, frase por frase, na Escritura.

14,15 Na forma de quatro perguntas, semelhantes a elos firmemente entrelaçados de uma corrente, Paulo expõe tudo o que Deus fez para que a fé também pudesse realmente acontecer. Tudo foi providenciado, Deus não deixou faltar nada: envio – serviço de mensageiro – ouvir – possibilidade de crer – invocar. No entanto, Paulo passa por essa seqüência de modo inverso. Dessa maneira encontram-se no final os portadores cristãos da boa notícia diante de Israel, requestando-o. Ao mesmo tempo, porém, também é bom que cristãos gentílicos considerem com o coração as conclusões em cadeia de Deus e não as destruam. **Como, porém, invocarão aquele em quem não creram?** Seria um absurdo misturar-se entre os adoradores de Cristo sem ter fé verdadeira. **E como crerão naquele de quem nada ouviram?** Um absurdo, convidar para a fé sem delinear Cristo claramente diante dos olhos da pessoa (Gl 3.1).

Igualmente seria um absurdo, tentar crer sem o coração que ouve e que se coloca espontaneamente sob a pregação cristã. Ninguém na Bíblia crê por si, por decisão e risco próprios ou como um ato de força humana. "Ouve!" constitui um termo-chave no AT e NT. **E como ouvirão, se não há quem pregue?** Um absurdo, "arranjarão

para si mesmas uma porção de mestres, que vão dizer a elas o que elas querem ouvir" (2Tm 4.3 [BLH]). **E como** (os pregadores) **pregarão** (cf o exposto sobre o v. 8)**, se não forem enviados?** Um absurdo, querer substituir o envio pelo estudo e levantar a voz em nome de Deus sem ser vocacionado.

Contudo, Deus providencia verdadeiros mensageiros de alegria (Ef 4.11,12). **Como está escrito** (Is 52.7)**: Quão formosos são os pés dos que anunciam coisas boas!** Ao assentar seu pé na terra, Deus fez acomodados saltar e pôs em movimento os pés de mensageiros, fê-los ágeis e capacitou-os a vencerem montanhas de obstáculos e vales de trevas. Quando chegam, o Senhor está presente (Lc 10.16) e fala de forma libertadora, animadora e redentora. Israel não deveria recebê-los de braços abertos? Apesar da forma genérica de falar em "eles", já agora nos v. 14-18 Paulo tem o comportamento de Israel na mira (cf v. 19).

16 Com certeza Paulo formula a frase seguinte com profundo pesar, mas não com ira ou assombro. Pois trabalha sua experiência na extensão e profundidade da Escritura.
Mas nem todos obedeceram ao evangelho; pois Isaías diz (Is 53.1; cf Jo 12.38)**: Senhor, quem acreditou na nossa pregação** (trazida ao ouvido)**?** O evangelho não constrange seus ouvintes a uma decisão obrigatória, mas os deixa numa situação aberta. Uma vez que sua a condição de ignorância foi eliminada, são capazes, agora, de crer e sair dela. Em caso algum a palavra "retorna vazia" (Is 55.11). Ela é eficaz – seja produzindo graça, seja juízo.

17 Depois de refutar a idéia de um automatismo da fé sob a pregação, Paulo tem condições de afirmar duas coisas sobre o surgimento da fé: **E, assim, a fé vem pela pregação**. Antes que venha a fé, vem a mensagem (cf nota sobre o v. 16): a fé é aceitação da mensagem. Mas **a pregação, pela palavra de Cristo**. Por trás da boca do mensageiro está a boca do Cristo ressuscitado.

18 Seria possível, ainda, contornar a sentença de condenação de Israel? **Mas pergunto: Porventura, não ouviram?** Na abordagem do v. 2 já constatamos que a pregação missionária cristã tinha alcançado muito bem o cerne do judaísmo. Aqui, porém, Paulo parece estar respondendo num outro nível. **Sim, por certo: Por toda a terra se fez ouvir a sua voz, e as suas palavras, até aos confins do mundo** (habitado) (Sl 19.4). A palavra do salmo tem ciência de uma mensagem de alcance mundial, vinda do céu,

diferente da lei que veio do Sinai. Esta mensagem consiste do louvor da glória do Deus Criador, identificada singularmente no esplendor da esfera do sol. Ela alcança incessantemente todos os que vivem sob o sol (Mt 5.45; Rm 1.19,20). A partir dessa perspectiva Paulo traça uma comparação: a redenção tem o mesmo alcance universal que a Criação. É por isso que o poder do evangelho também transcende os esforços missionários em particular, de cujas limitações Paulo em geral fala com realismo (Rm 1.10,13; 15.19-24).

Contudo, além de iluminar o pequeno número de convertidos, Cristo é “a verdadeira luz, que, vinda ao mundo, ilumina a todo homem” (Jo 1.4,9). Antes que brilhe para eles, quando ainda estão de olhos fechados, atinge-os o esplendor do seu poder. Isso também vale para os judeus. Assim como o sol brilha o dia todo, assim as mãos estendidas e o chamado de Deus valem para eles “o dia todo”. O apóstolo está confiando numa conjuntura que vigora com a ressurreição de Jesus Cristo (Mt 28.18). Ela é para Paulo uma realidade inegável, à qual ele se abre. Se os primeiros discípulos tivessem seguido unicamente pesquisas, estatísticas, notícias sobre tendências, cálculos e prognósticos, hoje não haveria Bíblias nem comunidades cristãs em nenhum lugar.

19 Pergunto mais. Paulo é atormentado pela ansiedade de buscar as causas profundas do comportamento de Israel. Sem querer, Israel poderia ter deixado de ouvir algo, motivo pelo qual não teria entendido a mensagem. **Porventura, não terá chegado isso ao conhecimento de Israel?** No sentido do v. 18 cumpre responder: “Certamente que sim!”
Por ter entendido muito bem, ignorou e caiu numa incompreensão culposa (v. 2,3; 1.21c). Contudo, em sua misericórdia, Deus tem como enfrentar essa carência, que é comum a todas as pessoas. É para essa verdade que conduz a continuação. Como primeira testemunha, diz o porta-voz de Deus, **Moisés**, em quem os escribas se fundamentavam com tanta predileção (Dt 32.21): **Eu vos porei em ciúmes com um povo que não é nação, com gente insensata eu vos provocarei à ira**. Em Rm 9.25,26 Paulo já havia enaltecido o despertar de gentios para a compreensão, apesar de ser notório que eles são tidos como definitivamente incompreensíveis. Porém tornaram-se amostra exemplar daquilo que a misericórdia de Deus é capaz. Dessa maneira desaparece a última desculpa de Israel, mas também brota a sua mais bela esperança. Pois quanto mais possível será que o mesmo aconteça com o povo eleito há milênios (cf a exposição sobre Rm 11.11).

20 Uma segunda testemunha também argumentou perante Israel com a promessa de que gentios se converterão. **E Isaías a mais se atreve e diz** (a Israel; Is 65.1)**: Fui achado pelos que não me procuravam, revelei-me aos que não perguntavam por mim.** Deixar de buscar a Deus e de perguntar por ele (Rm 1.28; 3.11), virar as costas sem se voltar mais para localizá-lo, são atitudes que revelam o ser humano afastado não apenas exteriormente de Deus. Visualizar tais pessoas em perfeita comunhão com Deus apesar disso é uma profecia ousada, inaudita e extremamente consoladora.

21 O capítulo da culpa de Israel foi animado pela certeza dos esforços incessantes de Deus por seu povo renegado. É com essa certeza que ele também encerra. **Quanto a Israel, porém, diz** (na continuação, Is 65.2)**: Todo o dia estendi as mãos a um povo rebelde e contradizente.** (cf o exposto sobre o v. 18). Em vista de que para o apóstolo a autoridade da Escritura é decisiva e suficiente, ele não retoma a palavra no final dessa rica cadência de citações, como já não fez após Rm 9.25-29, para apresentar um resumo próprio.

Excurso: *Missão aos judeus?*

Missão é passar adiante a Boa Notícia. Tal mensagem, porém, não pode formar somente o conteúdo, mas também visa determinar a forma prática da missão. É por isso que o missionário irá ao encontro de todas as pessoas com respeito e, em conformidade com 2Co 5.20, com verdadeira cordialidade, “rogará”, solicitará e convidará para que aceitem a candidatura para a realidade maravilhosamente grande e nova. Qualquer forma e maneira diferente seria uma contradição em si, deixaria de ser missão. Povos que receberam o evangelho assim como se recebe chibatadas não podem ser considerados como cristãos.

a. No que se refere a dois milênios de missão cristã aos judeus deve-se falar, em boa extensão, de uma missão questionável. De forma violenta, sob o emprego de pressão social, judeus foram convertidos à força, sobretudo no tempo da Inquisição, por ordem governamental.

b. Com base nessas experiências, a missão entre judeus é radicalmente rejeitada por judeus. Eles a suportaram como

aniquilamento de seu povo, sim, eles a experimentam hoje como "continuação do holocausto com outros métodos". Contudo, a rejeição não se volta apenas contra os métodos da missão cristã, mas já contra o testemunho do próprio NT. Ainda que reverenciem profundamente o Jesus histórico, pesquisadores judaicos recusam qualquer qualidade de Messias que ele possa ter como sendo uma falsificação cristã.

Por isso: "Encontros ou diálogos entre judeus e cristãos estão geralmente ligados à exigência judaica de que seja prestada uma declaração de renúncia à missão entre judeus". A situação em que tais diálogos funcionam melhor é quando o lado cristão assume as posições da teologia liberal protestante, pois ela declara por iniciativa própria que Jesus na verdade viveu de modo extraordinário, morreu, foi sepultado e se decompôs, mas sem nenhuma característica messiânica. Essa circunstância é reprimida ou não é percebida por muitos cristãos.

c. Em amplos círculos eclesiásticos paga-se hoje de fato o preço exigido para os diálogos: "Rejeição da missão aos judeus em qualquer forma". Contudo, nem sempre a base de tal atitude é a teologia liberal. Muitas vezes trata-se de cristãos que tentam ouvir com fé o que diz a Escritura.

Segundo ela, apesar de parcialmente empedernido, Israel é o povo de Deus e continua sendo detentor das mais elevadas dádivas e vocações (Rm 9.4,5; 11.29). Israel é semelhante ao filho mais velho na parábola de Lc 15.11-32. Ele sempre ficou na casa do Pai e viveu sob as suas ordens. Apesar da discordância com ele, o Pai lhe dá a confirmação: "Meu filho, tu sempre estás comigo; tudo o que é meu é teu" (v. 31). Uma conclusão precipitada leva à seguinte dedução da parábola: israelitas não precisam dar meia-volta.

Desde sempre creram nesse Deus único, possuem no AT a mesma Sagrada Escritura que nós e são, por isso, nossos "irmãos" espirituais. O projeto de convertê-los seria, sob essas premissas, um grave equívoco. Por essa razão, não foi outro teólogo que o famoso Karl Barth que rejeitou a missão entre os judeus. Depois de apresentar a nós "pobres gentios" o "judeu extraordinariamente agraciado", ele indaga: "Que razão há para fazer missão?" "Que teríamos a ensinar-lhe que ele já não soubesse, e que não caberia antes a nós aprender dele?" (*KD IV.3* [1959], pág 1006).

A resposta à questão não é tão simples como Karl Barth parece sugerir. Faz diferença se “o judeu” é, p. ex., o próprio Jesus ou, p. ex., Paulo antes da sua conversão. Fixemo-nos nesse momento no judeu que a carta aos Romanos pressupõe. Ele “se gloria da lei” e “tem zelo por Deus, porém não com entendimento” (Rm 2.17-23; 10.2,3). É por isso que ele também não se deixa conduzir até Jesus Cristo por suas Sagradas Escrituras.

Para ele, um véu encobre o AT e o seu coração (2Co 3.14-16). Que poderia ele - com essa coberta! – ensinar, então, a nós? Em diálogos informativos, ele é capaz de nos esclarecer perguntas objetivas sobre a língua, a mentalidade e o cerimonial do judaísmo, mas não de prestar o verdadeiro serviço para o qual Deus escolheu Israel: ele não é testemunha de Deus (Is 43.10; 44.8; At 1.8) e não saberá engrandecer o Cristo “segundo as Escrituras” (1Co 15.3-5).

d. Retornando à situação atual. Será que os cristãos também são devedores do evangelho aos judeus em palavra e ação? Ou será que nesse lugar entra “a solidariedade fraterna e o diálogo ecumênico” com os judeus? Diálogo é bom, mas sobre o quê? Como é a visão bíblica? Em virtude de toda a história da revelação desde Abraão, o evangelho de Jesus Cristo como Senhor presente de todas as pessoas pertence permanentemente aos judeus.

Por isso, os missionários do primeiro cristianismo não deixaram de lado nem Jerusalém, território originalmente judaico, nem as regiões semi-judaicas da Judéia e Samaria. Também para a doutrina e prática de Paulo foi um fundamento permanente: “primeiro os judeus” (Rm 1.16 [BLH]). Nunca ele ensinou a tese inversa: os judeus por último. Onde passava e ficava, dava tudo de si, “a fim de ganhar os judeus”, i. é, salvá-los (1Co 9.20-22). Bem entendida, a missão aos judeus é até condição prévia da missão aos gentios, pois como poderia ser bom para os gentios algo que não é bom sequer para os amados de Deus?

COMENTÁRIO ESPERANÇA = Editora Evangélica Esperança